



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nr 26/2012-DEC

(SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA O DEC)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1) O PRESENTE EDITAL E OS ANEXOS PODEM SER OBTIDOS DAS SEGUINTE FORMAS:

- a) POR MEIO DO E-MAIL:** CPL@DEC.EB.MIL.BR
- b) DIRETAMENTE NO DEC, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CD-R, CD-RW, PEN DRIVE OU OUTRO DISPOSITIVO QUE PERMITA CÓPIA DOS ARQUIVOS;**
- c) POR MEIO DO SITE:** www.comprasnet.gov.br e www.dec.eb.mil.br

2) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À SEÇÃO DE LICITAÇÕES (SALC) DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SITUADO NO QGEX, BLOCO B, 3º PISO, SETOR MILITAR URBANO, BRASÍLIA DF, PELOS TELEFONES (061) 3415-4862 E 3415 5181 E E-MAIL - CPL@DEC.EB.MIL.BR, NO HORÁRIO DAS 09:30 H ÀS 11:30 HORAS E DAS 13:30 ÀS 16:30 HORAS, DE 2ª A 5ª E NO HORÁRIO DE 08:30 ÀS 11:30 HORAS NA SEXTA-FEIRA;**

Processo Administrativo Nr 158/2012 – DEC

Modalidade de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de Licitação: Menor Preço por Grupo

Data de abertura da sessão pública: 18 de dezembro de 2012

Horário: 11:00 horas (horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

A UNIÃO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, por intermédio do Ministério da Defesa/Comando do Exército/**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC)**, Organização Militar do Exército Brasileiro, inscrito no CNPJ nº 07.521.315/0001-23, torna público por meio de seus Pregoeiros, designados pelos Boletins Interno Nº. 095, de 22 de maio de 2012, Boletim Interno Nº. 172, de 12 de setembro de 2012, que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço com o fim de escolher a proposta mais vantajosa para os serviços continuados de Agenciamento de Viagens, e compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aérea nacional e internacional. O procedimento licitatório obedecerá ao Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão, Decreto Nr 6204, de 05 de setembro de 2007, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Instrução Normativa Nr 02, de 30 de abril de 2008, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a Instrução Normativa nº 7-SLTI/MPOG, de 24 de agosto de 2012, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a IG 12-02 (Instruções Gerais sobre Licitações

e Contratos no âmbito do Comando do Exército), e demais diplomas legais vigentes, bem como as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1.O presente Pregão Eletrônico tem por objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa, para **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacional e internacional, para o Departamento de Engenharia e Construção, incluindo as localidades da Amazonia Legal, mesmo que atendidas apenas por empresas de transportes regional. Entende-se como Amazônia Legal a área abrangida pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e parte do Maranhão(oeste do meridiano de 44º).**

2. ESCLARECIMENTOS INICIAIS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Esclarecimentos Iniciais:

a. Poderão participar deste Pregão as empresas que:

b. atendam às condições deste edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente, ou por servidor da Equipe de Apoio do Pregão, à vista dos originais;

c. estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002;

d. as empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas;

e. não estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; e

f. não tenham sido declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

g. no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, de preenchimento obrigatório do fornecedor, deverá conter o detalhamento do objeto ofertado, sob pena de desclassificação

h. os licitantes deverão obedecer os critérios de sustentabilidade, de acordo com o Art 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, quando couber.

i. à Administração poderá realizar diligências em qualquer fase da licitação, de acordo com o § 3º do Art 43, da Lei 8666/93.

j. a empresa vencedora não poderá subcontratar em todo ou parte do objeto deste certame.

I. Após a fase de lances, o DEC realizará consulta “On Line” ao sistema de cadastro único de fornecedores – SICAF, a Certidão Negativa de Dívidas Trabalhistas, obtida no sítio do TST, ao cadastro informativo de créditos não quitados – CADIN, ao Portal CEIS, obtida no sítio do Portal da Transparência e a certidão de Improbidade Administrativa, obtida no Portal www.cnj.jus.br, da empresa provisoriamente 1ª colocada, cujos os resultados serão anexados aos autos do processo.

3. UNIDADE GERENCIADORA

3.1. DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, doravante denominado de **DEC**.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (§ 1º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005, no site: <http://www.comprasnet.gov.br>).

4.2. O Credenciamento do Licitante, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações referentes ao pregão eletrônico (§ 6º, do Art. 3º, do Decreto 5.450/2005).

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Departamento de Engenharia e Construção – DEC, promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, do Art. 3º, do Decreto 5.450/2005).

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances. (inc III, do Art. 13, do Decreto 5.450/2005).

5.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inc IV, Art. 13, do Decreto 5.450/2005).

5.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no valor para cada item cotado, **das 09:00 horas do dia 06 de dezembro de 2012, às 11:00 horas do dia 18 de dezembro de 2012, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.** (§ 1º, Art. 21, do Decreto 5.450/2005).

5.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.5. Na taxa proposta deverá estar incluso todo o custo necessário à prestação dos serviços objeto deste Edital, bem como todos os Tributos (impostos e taxas), frete, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

5.6.. O preço a ser pago pela prestação de serviços de agenciamento de viagens de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aérea nacional e internacional, atenderá a uma especificação clara e completa do objeto deste Edital, constante no item 1.

5.7. A Proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado e demais documentos de habilitação deverão ser enviada em formulário específico, de acordo com os anexos do Termo de Referência, nos 180 (cento e oitenta) minutos seguintes ao encerramento da fase de lances, via e-mail cpl@dec.eb.mil.br (DEVIDO A RESTRIÇÕES DO PROVEDOR DE INTERNET O(S) ARQUIVO(S) digitalizado(S) não poderão ser superiores a 3 MB) ou se preferir a critério do licitante, enviar via fax (61) 3415.5091, e quando solicitado pelo pregoeiro em caso de negociação de preços e em original, com cópias autenticadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contendo, os seguintes dados:

5.8. ser apresentada, por item, em original, em papel timbrado da licitante ou apenas identificado com nome ou sua razão social, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em Real;

5.9. a oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

5.10. consignar a assinatura do responsável e do representante legal da empresa na proposta, bem como a identificação de seu nome abaixo da assinatura. A não identificação do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

5.11. não serão admitidas propostas de licitantes que apresentarem as prestações de serviços diferentes das estabelecidas neste edital;

5.12. a proposta de preços não poderá ter validade inferior a **120 (cento e vinte)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

5.13. conter os seguintes dados do licitante: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

5.14. o pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;

5.15. declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.

5.16. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.17. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.18. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

6.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta às 11:00 h do dia 18 de dezembro de 2012(horário de Brasília-DF).

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.1.2. O critério de Julgamento será o de menor preço por GRUPO;

7.2.1. Os valores a serem cotados no Pregão será o de R\$90,00 para a taxa de transação fixa e o estimado do agenciamento de viagens de R\$11.930.144,00 para um período de 05 anos.

7.2.2. É obrigação do licitante cadastrar o valor de R\$11.930.144,00 para o item 1(agenciamento de viagens), porém não efetuar lances para esse valor, que deverá ser fixo até o final da fase de lances.

7.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2.4. Os licitantes deverão oferecer lances decrescente e sucessivos somente para o item 2(taxa de transação fixa para emissão, remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional,independente do valor do bilhete.

7.2.5. O licitante não deverá oferecer lances para o item 1(agenciamento de viagens), cujo o valor estimado para um período de 5 anos é de R\$11.930.144,00 e deverá ser fixo até o final da fase de lances.

7.2.6. O valor total anual (12 MESES)estimado da contratação de R\$2.386.028,80 NÃO DEVERÁ SER CONSIDERADO PELO LICITANTE PARA CADASTRAMENTO DA PROPOSTA.

7.2. 7. O valor estimado no item 7.2.2. acima deverá ser cadastrado pelos licitantes interessados no sistema do comprasnet, ficando inalterado ou seja, não deverá ser efetuado lances, na fase de lances durante à abertura do certame para lances.

7.2. 8. O licitante que cadastrar a proposta para o item 1(agenciamento de viagens) com valores inferiores ou superiores a R\$11.930.144,00, terá sua PROPOSTA DESCLASSIFICADA, antes da abertura para LANCES.

7.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. Findo o prazo, automaticamente, será encerrada a recepção de lances.

7.7. Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço apurado pelo menor valor ofertado da taxa de transação fixa para emissão, remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional, independente do valor do bilhete.**

, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

8.2. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas de preços e poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, com o objetivo de obter preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.3. Após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance que ofertar o maior percentual de desconto sobre o volume de vendas estimado.

8.4. Se a proposta ou o lance de menor valor (mais vantajoso) não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.5. Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.6. ocorrendo empate, proceder-se-á da forma prevista no Art 45 da LC Nr 123, de 14 Dez 06.

8.7. Será considerada microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei Nr 10.406, de 10 de janeiro de](#)

[2002](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na forma prevista na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

h. Na hipótese de participação de microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame, a comprovação de regularidade fiscal destas somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, conforme Art. 42 da Lei Complementar 123/2006.

8.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.9. Caso ocorra alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do **DEC**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no sub-item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei Nr 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.11. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

8.12. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado.

8.13. Para efeito do disposto no art. 44 da lei Complementar Nr 123, de 14 de dezembro de 2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.14. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.15. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no sub-item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar Nr 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

8.16. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar Nr 123, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do Art 45 da Lei Complementar Nr 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.18. O disposto no art 45 da Lei Complementar Nr 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.19. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.20. A licitante vencedora, na hipótese de ter sido uma microempresa ou empresa de pequeno, deverá apresentar o Demonstrativo do Resultado do Exercício do período de 01 Jan a 31 Dez, do ano anterior ao presente certame, para verificação da Receita Bruta anual que comprove esta situação, na fase de habilitação, em conformidade com o art 4º da Lei Complementar Nr 123/06.

8.21. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, para sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensão e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

9.1.1.Relativos à Habilitação Jurídica

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2.Relativos à Regularidade Fiscal

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto lícitado;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto a Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN) e perante a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da Lei;
- d) prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e para com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011);

f) Junto com os documentos de habilitação o licitante vencedor deverá apresentar a planilha de custos e formação de preços, conforme modelo do anexo X.

g) o licitante cadastrado no SICAF fica dispensado de apreenar os documentos previstos nas letras “c” e “d”, que será verificado pelo pregoeiro através consulta on-line no SICAF.

9.1.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência ou concordata;
- b) Balanço patrimonial registrado na junta comercial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem, a boa situação financeira da empresa, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3(três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) A boa situação financeira da licitante, será avaliada pelos índices de Liquidez Geral(LG), Solvência Geral(SG) e Liquidez Corrente(LC), igual ou maior que 1(um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

OBS: os índices LG, SG e LC, deverão ser **MAIOR QUE** 1(UM)

9.1.4. Relativo a Qualificação Técnica

- a) Declaração de Fatos Impeditivos, conforme regulamentação constante da IN nº. 02-SLTI, de 11 Out 10, nos termos do modelo constante do Anexo V deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;
- b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de idade, Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do modelo constante do Anexo IV deste Edital;
- c) 01 (um) Atestado de Boa e Regular Execução do Objeto (Capacidade Técnica), que deverá

ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que conste que a licitante tenha executado, a contento, o objeto da presente licitação, nos termos do modelo constante do Anexo III deste Edital;

d) Declaração de Elaboração Independente da Proposta;

e) Registro na Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR;

g) Declaração de que dispõe de terminais de computação para reservas nas companhias GOL, TAM, AZUL, AVIANCA, etc., ou de efetivação da reserva através de outros sistemas, quando Agência de Turismo;

h) Declaração expedida pelas companhias GOL, TAM, AZUL, AVIANCA, etc., com datas não anteriores a 60(sessenta) dias da publicação do aviso da licitação no Diário Oficial da União, comprovando que a licitante é possuidora de crédito e encontra-se em situação regular perante as mesmas, quando Agência de Turismo.

i) A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deverá comprovar, se for o caso, a situação especificada na letra “c” e “d” do Nr 9.1.2.

j) Sendo aceitável a proposta menor preço apurado pelo menor valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para a confirmação das suas condições habilitatórias, conforme segue:

(1) para a licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no SICAF, a documentação, abrangida por esse sistema, será verificada pelo Pregoeiro, mediante consulta “on line” ao referido sistema. Assegurada a já cadastrada, se constar da consulta alguma documentação vencida, o direito de apresentar tal documentação com data até o dia da abertura da licitação para a fase de lances, atualizada e regularizada via fax, caso não seja possível a consulta aos sítios responsáveis pela emissão de certidões;

(2) os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, e os que constam do SICAF com prazos de validade vencidos, de acordo com o subitem anterior, deverão ser encaminhados imediatamente por meio do fax Nr (0xx61)3415-5091, após solicitação do pregoeiro, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

(3) Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por servidor do DEC mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial

(4) Para fins de habilitação, a verificação, pelo pregoeiro, nos sítios dos órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

(5) As empresas que não possuem sua sede em Brasília-DF, deverão possuir e comprovar formalmente, que possuem estrutura necessária para prestar os serviços objeto deste

certame, a distância. Este comprovante deverá ser emitido pelo licitante provisoriamente primeiro colocado e remetido para à Administração logo após a fase de lances junto com os documentos de habilitação.

(6) Para a execução dos serviços, a empresa contratada poderá a seu critério sem nenhuma obrigatoriedade:

(6.1) instalar à sua conta e responsabilidade durante toda a vigência do contrato um posto de atendimento nas dependências do Departamento de Engenharia e Construção, sito a Avenida do Exército – QG Ex – Bloco “B” – 3º Piso – Setor Militar Urbano – Brasília-DF, com linhas telefônicas próprias, inclusive para Fac-símile; 1 (um) equipamento (microcomputador com acesso à Internet), por atendente, integrado às companhias aéreas, apto a utilizar o Sistema de concessão de Diárias e Passagens (SCDP), adotado pelo contratante, e demais equipamentos/mobiliários necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados no horário das 08:00 às 18:00 horas de 2ª a 6ª feiras, para a obtenção das facilidades abaixo:

(6.2) No caso da empresa vencedora desejar instalar a o posto de atendimento nas dependências do DEC a seu critério sem nenhuma obrigatoriedade, a mesma deverá arcar e responsabilizar-se, com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

(6.3) A sugestão de instalação do posto de atendimento com funcionário feita pelo DEC, visa facilitar o contato da empresa com este Departamento, devido a grande demanda e os casos inopinados que surgem com atendimento imediato, para que a execução dos serviços não sofra solução de continuidade.

(6.4) Não será motivo de inabilitação a não concordância da empresa vencedora em instalar o posto de atendimento com funcionário nas dependências do DEC.

(6.5) Caso o licitante não queira instalar o posto de atendimento nas dependências do DEC, o mesmo deverá disponibilizar por sua conta um canal de comunicação direto (ex: linha móvel, linha fixa, 0800, ou outro meio qualquer) para que no caso de haver falta ou falha nos meios eletrônicos (e-mail e internet), possa haver contato entre o DEC e a empresa e vice-versa, para o serviço não sofrer solução de continuidade.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Qualquer pessoa poderá a partir da publicação em DO, impugnar o ato convocatório deste Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes do término da data fixada para recebimento das propostas. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

10.2. Qualquer pessoa poderá a partir da publicação em DO, solicitar esclarecimento sobre o ato convocatório deste pregão, até 03 (três) dias úteis antes do término da data fixada para recebimento das propostas. Decairá do direito de esclarecimentos deste edital, perante a administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

10.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

10.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11. DOS RECURSOS

11.1. É admissível impugnação, recurso, representação e pedido de reconsideração dentro das razões e condições definidas nos Art. 41 e 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.2. Os recursos serão dirigidos à Comissão Permanente de Licitações – CPL, por intermédio do Pregoeiro e realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios. O licitante deverá atentar-se à abertura do prazo para intenção de recursos, comandado no SISTEMA pelo pregoeiro. Não serão considerados recursos interpostos após o fechamento do prazo.

11.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Aquisição e Licitações do DEC, situada no QGEx, Bloco “B”, 3º Piso, SMU – BRASÍLIA-DF.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, pelo TESOURO NACIONAL, ao Exército Brasileiro – Departamento de Engenharia e Construção, no exercício financeiro de 2013, PTRES 50701 Plano Interno (PI) D1DAATSPASS Natureza de Despesa (ND) 339039-03 e outros recursos oriundos de Termo de Cooperação e Convênios ao qual o Departamento firma.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Será firmada contrato entre o Departamento de Engenharia e Construção e a licitante vencedora para execução do objeto desta licitação, observadas as exigências deste Edital e da minuta do contrato, Anexo VIII.

13.2. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses e terá início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60(sessenta) meses, de acordo com o disposto no Art 57, inciso II da Lei 8.666/93.

13.3. Antes da celebração do contrato o DEC realizará consulta “ON LINE” ao sistema de cadastramento único de fornecedores – SICAF, e ao cadastro informativo de créditos não quitados – CADIN, ao Portal CEIS e ao Portal do CNJ, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.4. O prazo de assinatura do contrato, pela licitante vencedora, será de 5(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação formal encaminhada pelo DEC.

13.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado mediante solicitação devidamente justificada pela licitante vencedora e aceita pelo DEC.

13.6. Até a assinatura do contrato a autoridade superior poderá desclassificar a licitante vencedora mediante o conhecimento de qualquer ato anterior ou posterior ao julgamento desta licitação que venha desabona-la, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13.7. Decorrido 120(cento e vinte) dias da data da entrega da proposta, caso não ocorra convocação para assinatura do termo de contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

13.8.O DEC fará publicar no DOU o extrato do presente contrato, de acordo com o Art 61 da Lei 8666/93.

13.9. A recusa injustificada em assinar o contrato ensejará em abertura de processo administrativo e sanções previstas nesse Edital e na Lei 8.666/93.

14.DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1.A contratada deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, com prazo de validade de até 03(três) meses após a conclusão do contrato, apresentando ao contratante, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovante de uma das modalidades de garantia prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93,citados a seguir:

a)caução em dinheiro, ou título da dívida pública;

b)seguro garantia;

c)fiança bancária.

14.2. Em caso de aplicação de multa por descumprimento do contrato e o não recolhimento através GRU, a mesma será descontada da garantia contratual.

14.3. Em caso da garantia contratual não cobrir o valor da multa aplicada, a diferença será descontada da próxima fatura emitida pela empresa.

15. DA REMUNERAÇÃO TOTAL A SER PAGA

15.1.A remuneração total a ser paga à agência de viagens será apurada a partir da soma do valor ofertado pela prestação de serviço de Agenciamento de Viagens compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento abrangidos por passagem aérea nacional e internacional, multiplicado pela quantidade de passagens aéreas emitidas no período faturado.

15.2. A contratante pagará, ainda, à contratada o valor da passagem aérea acrescido da taxa de embarque emitidas no período faturado.

15.3. A contratada deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque.

16. DA REVERSÃO DE PASSAGENS NÃO UTILIZADAS(Art 5º da IN 7/SLTI/MPOG, 24 Ago 12)

16.1. A reversão de passagens não utilizadas por medida de simplificação processual, dar-se-á mediante “glosa” dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada.

16.2. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

16.3. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada; e

16.4. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, na forma estabelecida no item 16.1 acima, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado a contratante, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

17. DAS OBRIGAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

17.1. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

17.2. permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências do DEC para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;

17.3. rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com Edital;

17.4. proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuados;

17.5. comunicar à contratada, a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos e locais;

17.6. emitir as requisições de passagens aéreas, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente;

17.7. proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

17.8. notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

17.9. disponibilizar espaço físico adequado para a instalação do posto de atendimento da contratada, observadas as definições de ocupação de espaços internos em prédios do DEC;

17.1.realizar pesquisas nas companhias aéreas, bem como solicitar e verificar a pesquisa de preços das passagens feitas pela contratada, comparando-os com os praticados no mercado e inserindo-as no SCDP;

17.11.notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;

17.12.solicitar formalmente à contratada, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a contratada deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada;

18.13. quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

18.14.os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada;

18.15.quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado a contratante, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

18.16.definir a reserva da passagem aérea ao menor preço e em classe econômica, sem prejuízo do estabelecido no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 1973 (alterado pelo art. 1º do Decreto nº 3.643, de 2000) e na Portaria nº 505, de 29 de dezembro de 2009, considerando-se o horário e o período da participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

19.1.executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;

19.2.reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

19.3.prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Departamento de Engenharia e Construção, cujas obrigações deverá atender prontamente;

19.4. manter preposto para representá-la quando da execução do contrato;

19.5.responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento DEC;

19.6. arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato;

19.7.manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o DEC, sobre assuntos relacionados à execução do contrato;

19.8.reservar, emitir, marcar, remarcar e cancelar bilhete de passagens aéreas, nacionais e internacionais, com fornecimento do referido bilhete ao interessado por meio de posto de atendimento ou bilhete eletrônico, quando fora da Sede do DEC, no Brasil ou no exterior;

19.9.efetuar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;

19.10.entregar bilhete de passagem fora do horário de expediente, em local indicado pelo contratante;

19.11.solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil ou no exterior;

19.12.reembolsar ao DEC o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;

19.13.fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento;

19.14.reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo o DEC solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da contratada;

19.15.manter atualizada a relação das companhias filiadas e com as quais mantenha convênio, informando periodicamente ao DEC as inclusões e/ou exclusões;

19.16. arcar e responsabilizar-se, com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

19.17. responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

19.18. comunicar de imediato ao DEC toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;

19.19. fornecer a qualquer momento, quando solicitado pelo contratante, declaração expedida por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas;

19.20. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

19.21. abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Edital, sem prévia autorização do contratante;

19.22. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e,

19.23. a empresa não poderá subcontratar em todo ou parte do objeto deste certame.

19.24. emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado quinzenalmente até o 5º (quinto) dia útil a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da comprovação de recolhimento dos encargos sociais e dos demonstrativos, devidamente atestada pelo setor competente e, após consulta “ON LINE” AO SICAF, sendo juntado ao processo a declaração de situação da contratada junto àquele sistema e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

20.2. Constatada a situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF, será a mesma advertida por escrito, no sentido de que, regularize sua situação junto a tal sistema ou, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.

20.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida sem rasura, em letra legível, em nome do Departamento de Engenharia e Construção, CNPJ n.º 07.521.315/0001-23, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

20.4. Havendo erro na Nota Fiscal que impeça o pagamento da despesa, aquela será devolvida a fornecedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DEC.

20.5. Os demonstrativos mensais deverão conter, também, os seguintes dados/elementos:

20.5.1. o valor do bilhete;

20.5.2. a indicação do valor do desconto contratado, com a prestadora de serviços;

20.5.3. os bilhetes devolvidos;

20.5.4. a indicação dos valores a serem retidos a título de tributos e contribuições sociais, conforme determina a legislação vigente, e

20.5.5. o valor final do faturamento.

20.5.6. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para os serviços objeto deste edital, conforme determina a legislação vigente.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

21.1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

b1) compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 30 dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

21.2.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

21.2.2. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 14.2 deste Edital poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

21.2.3. A sanção estabelecida na alínea “c” do subitem 21.2 deste Edital é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

21.3. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo DEC.

21.4. O valor das multas deverá ser recolhido através GRU num prazo máximo de 10(dias) corridos. Em caso de não recolhimento através GRU, será descontado o valor da multa da garantia contratual e, caso o valor da garantia seja insuficiente, a diferença poderá ser descontado da nota fiscal, ou do crédito existente no DEC em relação à contratada.

21.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita na alínea “c” do subitem 21.2, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

21.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.9. O inadimplemento da Cláusula 19(OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA), ensejará na rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em Lei(Art 55, inciso VIII; 78, inciso I; 80, inciso III e 87 da Lei 8.666/93).

22.DO REAJUSTAMENTO

22.1. Decorridos doze meses da data da assinatura do contrato, a contratada poderá solicitar reequilíbrio econômico financeiro, em consonância com o que reza o Art 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666, de 21 Jun 93.

22.1.1. O reequilíbrio econômico-financeiro dependente de fundado requerimento da contratada e constitui ato discricionário do DEC.

22.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro de que trata o item anterior, deverá ser feito por Termo Aditivo específico, o qual conterá justificativa fundamentada, parecer prévio do órgão de assessoramento jurídico e autorização da autoridade competente.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse do DEC, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Art. 18, do Decreto 3.555/2000.

23.2 Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo, inicialmente, estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

23.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.4. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais do Departamento.

23.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

23.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.9. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o DEC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia

útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

23.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.12. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos na alínea “d”, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal.

24. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Modelo de Atestado de Boa e Regular Execução do Objeto (Capacidade Técnica);

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Trabalho de Empregados em Condições Excepcionais e de Menor (Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999);

ANEXO V – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos;

ANEXO VI – Modelo de identificação de micro e pequena empresa;

ANEXO VII – Planilha de Taxas;

ANEXO VIII - Modelo da Minuta do Contrato;

ANEXO IX – Declaração de Elaboração Independente da Proposta;

ANEXO X – Planilha de Custo e Formação de Preços

Brasília-DF, 03 de dezembro de 2012.

RUBENS CORRÊA LEÃO – Cel
Ordenador de Despesas do DEC



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)**

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1.DO OBJETO

1.1.Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, para o Departamento de Engenharia e Construção-DEC, incluindo as localidades da Amazonia Legal, mesmo que atendidas apenas por empresas de transportes regional . Entende-se como Amazônia Legal a área abrangida pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e parte do Maranhão(oeste do meridiano de 44º) e demais especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

1.1.1 Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto representa toda a contratação.

1.1.2.Trecho, compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

2.DA JUSTIFICATIVA

2.1.DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1.1. De acordo com os assuntos que constituem a área de competência do Departamento de Engenharia e Construção cabe-lhe, no âmbito do Exército Brasileiro, o planejamento, a orientação, a coordenação e o controle dos assuntos relativos as atividades de construção e patrimônio imobiliário, em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas do Exército.

2.1.2. Para a consecução dessas atribuições institucionais é mister, quando for o caso, os deslocamentos em âmbito nacional e, até internacional, de militares e servidores civis.

2.1.3. Do exposto, compete à Seção de Aquisições e Licitações supervisionar, controlar e executar as atividades relativos aos serviços de cotação de preços, emissão e reserva de bilhetes de passagem aérea, de linhas domésticas e internacionais para o Departamento de Engenharia e Construção.

3. DEFINIÇÕES

3.1. Proponente/Concedente: responsável pela avaliação da indicação do proposto, e pertinência da missão, efetuando à autoridade administrativa;

3.2. Proposto: beneficiário da passagem;

3.3. DEC: instituição contratante – Departamento de Engenharia e Construção;

3.4. Solicitante: responsável pela solicitação inicial da viagem, prorrogação, complementação e formalização da prestação de contas.

3.5. Fiscal Administrativo: responsável pelos procedimentos de cotação e indicação da reserva de bilhetes de passagens, observando o menor preço, conforme legislação vigente;

3.6. Ordenador de Despesas: responsável pela autorização da despesa relativa a passagens aéreas;

3.7. Autoridade Superior: responsável pela autorização de viagens solicitadas com prazo inferior a 15(quinze) dias de antecedência;

3.8. Licitante: empresa interessada de participar do certame licitatório;

3.9. SCDP: sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal;

3.10. PCDP: processo de concessão de Diárias e Passagens;

3.11. REPAS: requisição de Passagens;

3.12. TRANSACTION FEE: taxa de transação fixa por emissão e remissão de passagens independente do valor do bilhete; e

4. INSTALAÇÃO DE POSTO DE ATENDIMENTO

4.1. Para a execução dos serviços, a empresa contratada poderá a seu critério sem nenhuma obrigatoriedade:

4.1.1. instalar à sua conta e responsabilidade durante toda a vigência do contrato um posto de atendimento nas dependências do Departamento de Engenharia e Construção, sito a Avenida do Exército – QG Ex – Bloco “B” – 3º Piso – Setor Militar Urbano – Brasília-DF, com linhas telefônicas próprias, inclusive para Fac-símile; 1 (um) equipamento (microcomputador com acesso à Internet), por atendente, integrado às companhias aéreas, apto a utilizar o Sistema de concessão de Diárias e Passagens (SCDP), adotado pelo contratante, e demais equipamentos/mobiliários necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados no horário das 08:00 às 18:00 horas de 2ª a 6ª feiras, para a obtenção das facilidades do item 5 abaixo.

4.1.2. No caso da empresa vencedora desejar instalar a o posto de atendimento nas dependências do DEC a seu critério sem nenhuma obrigatoriedade, a mesma deverá arcar e responsabilizar-se, com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

4.1.3. A sugestão de instalação do posto de atendimento com funcionário feita pelo DEC, visa facilitar o contato da empresa com este Departamento, devido a grande demanda e os casos i-

nopinados que surgem com atendimento imediato, para que a execução dos serviços não sofra solução de continuidade.

4.1.4. Não será motivo de inabilitação a não concordância da empresa vencedora em instalar o posto de atendimento com funcionário nas dependências do DEC.

4.1.5. O licitante vencedor deverá disponibilizar um telefone do tipo 0800 nas instalações do DEC, para o caso de não haver internet por qualquer motivo, esta UASG tenha um meio para se comunicar com o licitante.

4.1.6. Caso o licitante não queira instalar o posto de atendimento nas dependências do DEC, o mesmo deverá disponibilizar por sua conta um canal de comunicação direto(ex: linha móvel, linha fixa, 0800, ou outro meio qualquer) para que no caso de haver falta ou falha nos meios eletrônicos(e-mail e internet), possa haver contato entre o DEC e a empresa e vice-versa, para o serviço não sofrer solução de continuidade.

5.DOS SERVIÇOS

5.1. Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá cumprir o seguinte:

a)

- execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante;
- emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;
- consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;
- consulta e frequência de voos e equipamentos, “on-line”;
- consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;
- impressão de consultas formuladas;
- alteração/remarcação de bilhetes; e
- combinação de tarifa.

b) prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes;

c) proceder a emissão de bilhetes por meio de requisição de passagem aérea emitida pelo contratante;

d) proceder a emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil e no exterior, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima ou nos aeroportos, informando o código e a empresa;

e) efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias;

f) repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas; e

g) fornecer, sempre que solicitado pelo contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

6 .DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1. A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, imediatamente após a assinatura do contrato, sendo que para a instalação do posto de atendimento, disporá do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

6.2. A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 24 (vinte e quatro) horas e internacionais em até 48 (quarenta e oito) horas, após a solicitação, diretamente ao requisitante.

6.3. Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea poderá ser solicitada **pelo DEC**, sem a obediência aos prazos previstos no subitem 4.2, devendo a contratada, nesse caso, atendê-lo com a agilidade requerida.

7.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;

7.2.reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

7.3.prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Departamento de Engenharia e Construção, cujas obrigações deverá atender prontamente;

7.4.manter preposto para representá-la quando da execução do contrato;

7.5.responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento DEC;

7.6. arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato;

7.7.manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o DEC, sobre assuntos relacionados à execução do contrato;

7.8.reservar, emitir, marcar, remarcar e cancelar bilhete de passagens aéreas, nacionais e internacionais, com fornecimento do referido bilhete ao interessado por meio de posto de atendimento ou bilhete eletrônico, quando fora da Sede do DEC, no Brasil ou no exterior;

7.9.efetuar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, **indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;**

7.10.entregar bilhete de passagem fora do horário de expediente, em local indicado pelo contratante;

7.11.solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil ou no exterior;

7.12.reembolsar ao DEC o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;

7.13.fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento;

7.14.reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo o DEC solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da contratada;

7.15.manter atualizada a relação das companhias filiadas e com as quais mantenha convênio, informando periodicamente ao DEC as inclusões e/ou exclusões;

7.16. dotar de infraestrutura adequada, o Posto de Atendimento citado no subitem 3.1, com pessoal qualificado, necessário e suficiente para a prestação dos serviços contratados, como também responsabilizar-se pela manutenção dos recursos nele alocados;

7.17.responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

7.18.comunicar de imediato ao DEC toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;

7.19.fornecer a qualquer momento, quando solicitado pelo contratante, declaração expedida por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas;

7.20. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

7.21.abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do contratante;

7.22.manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e,

7.23. a empresa não poderá subcontratar em todo ou parte do objeto deste certame.

7.24. emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque.

8.OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1.acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

- 8.2.permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências do DEC para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;
- 8.3.rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência;
- 8.4.proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuados;
- 8.5.comunicar à contratada, a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos e locais;
- 8.6.emitir as requisições de passagens aéreas, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente;
- 8.7.proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;
- 8.8.notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.9.disponibilizar espaço físico adequado para a instalação do posto de atendimento, observadas as definições de ocupação de espaços internos em prédios do DEC;
- 8.10.realizar pesquisas nas companhias aéreas, bem como solicitar e verificar a pesquisa de preços das passagens feitas pela contratada, comparando-os com os praticados no mercado e inserindo-as no SCDP;
- 8.11.notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- 8.12.solicitar formalmente à contratada, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a contratada deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada;
- 8.13. quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;
- 8.14.os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada;
- 8.15.quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado DEC, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

8.16. definir a reserva da passagem aérea ao menor preço e em classe econômica, sem prejuízo do estabelecido no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 1973 (alterado pelo art. 1º do Decreto nº 3.643, de 2000) e na Portaria nº 505, de 29 de dezembro de 2009, considerando-se o horário e o período da participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva.

9.DO PREÇO

9.1.O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela contratada, deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais ou reduzidas, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

10.DA REMUNERAÇÃO A SER PAGA À AGÊNCIA DE VIAGENS

10.1.A remuneração total a ser paga à agência de viagens será apurada a partir da soma do valor ofertado pela prestação de serviço de Agenciamento de Viagens compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento abrangidos por passagem aérea nacional e internacional, multiplicado pela quantidade de passagens aéreas emitidas no período faturado.

10.2. O DEC pagará, ainda, à contratada o valor da passagem aérea acrescido da taxa de embarque emitidas no período faturado.

10.3. A contratada deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque.

11. DA REVERSÃO DE PASSAGENS NÃO UTILIZADAS(Art 5º da IN 7/SLTI/MPOG, 24 Ago 12)

11.1. A reversão de passagens não utilizadas por medida de simplificação processual, dar-se-á mediante “glosa” dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada.

11.2.Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

11.3. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada; e

11.4. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, na forma no item 9.1 acima, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao DEC, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União(GRU).

12.DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, DETALHAMENTO E PREÇO									
ESTIMATIVA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO									
OBJETO: prestação do serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.									
Item	Descrição	Und	Quant	Quant. Anual estimada de bilhete	Valor Médio do Bilhete(unitário) em R\$	Valor a ser cotado no Pregão em R\$ para a prestação do serviço de agenciamento de viagem(emissão, remarcação e cancelamento)	Valor Estimado da Taxa de Embarque(Unitário) em R\$	Total Anual (12 meses)Estimado da Contratação em R\$	Total Estimado da Contratação em R\$ a ser cotado no Pregão para um Período de 05 anos
01	Agenciamento de Viagens	Sv	05	3258	609,79	-----	32,57	2.386.028,80	11.930.144,00
02	Taxa de transação fixa por emissão, e remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional,independente do valor do bilhete	Sv	01	-	-	90,00	-	-	-

12.1. O critério de Julgamento será o de menor preço por GRUPO;

12.2. Os valores a serem cotados no Pregão será o de R\$90,00 para a taxa de transação fixa e o estimado do agenciamento de viagens de R\$11.930.144,00 para um período de 05 anos.

12.3. É obrigação do licitante cadastrar o valor de R\$11.930.144,00 para o item 1(agenciamento de viagens), porém não efetuar lances para esse valor, que deverá ser fixo até o final da fase de lances.

12.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

12.5. Os licitantes deverão oferecer lances decrescente e sucessivos somente para o item 2(taxa de transação fixa para emissão, remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional,independente do valor do bilhete.

12.6. O licitante não deverá oferecer lances para o item 1(agenciamento de viagens), cujo o valor estimado para um período de 5 anos é de R\$11.930.144,00 e deverá ser fixo até o final da fase de lances.

12.7. O valor total anual (12 MESES)estimado da contratação de R\$2.386.028,80 NÃO DEVERÁ SER CONSIDERADO PELO LICITANTE PARA CADASTRAMENTO DA PROPOSTA.

12.8. O valor estimado no item 12.6. acima deverá ser cadastrado pelos licitantes interessados no sistema do comprasnet, ficando inalterado ou seja, não deverá ser efetuado lances, na fase de lances durante a abertura do certame para lances.

12.9. O licitante que cadastrar a proposta para o item 1(agenciamento de viagens) com valores inferiores ou superiores a R\$11.930.144,00, terá sua PROPOSTA DESCLASSIFICADA, antes da abertura para LANCES.

12.8.A modalidade da Licitação é a de Pregão TRADICIONAL e não Registro de Preços, pois trata-se de serviços continuados.

12.1.2. Os valores informados no demonstrativo acima, são estimativos e não indicam qualquer compromisso futuro para o DEC.

13.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, pelo TESOURO NACIONAL, ao Exército Brasileiro – Departamento de Engenharia e Construção, no exercício financeiro de 2013, PTRES 50701 Plano Interno (PI) D1DAATSPASSNatureza de Despesa (ND) 339039-03 e outros recursos oriundos de termo de cooperação e convêm os que o DEC fizer com outros órgãos públicos.

14.DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado quinzenalmente até o 5º (quinto) dia útil a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da comprovação de recolhimento dos encargos sociais e dos demonstrativos, devidamente atestada pelo setor competente e, após consulta “ON LINE” AO SICAF, sendo juntado ao processo a declaração de situação da contratada junto àquele sistema e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.2. Constatada a situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF, será a mesma advertida por escrito, no sentido de que, regularize sua situação junto a tal sistema ou, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.

14.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida sem rasura, em letra legível, em nome do Departamento de Engenharia e Construção, CNPJ n.º 07.521.315/0001-23, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

14.4 Havendo erro na Nota Fiscal que impeça o pagamento da despesa, aquela será devolvida a contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DEC.

14.5. Os demonstrativos mensais deverão conter, também, os seguintes dados/elementos:

14.5.1.o valor do bilhete;

14.5.2. a indicação do valor do desconto ofertado;

14.5.3.os bilhetes devolvidos;

14.5.4.a indicação dos valores a serem retidos a título de tributos e contribuições sociais, conforme determina a legislação vigente, e

14.5.5.o valor final do faturamento.

14.5.6.Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para os serviços objeto deste edital, conforme determina a legislação vigente.

15.DO REAJUSTAMENTO

15.1 Decorridos doze meses da data da assinatura do contrato, a contratada poderá solicitar reequilíbrio econômico-financeiro, em consonância com o que reza o Art 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666, de 21 Jun 93.

15.1.1.O reequilíbrio econômico-financeiro dependente de fundado requerimento da contratada e constitui ato discricionário do DEC.

15.1.2. O equilíbrio econômico-financeiro de que trata o item anterior, deverá ser feito por Termo Aditivo específico, o qual conterá justificativa fundamentada, parecer prévio do órgão de assessoramento jurídico e autorização da autoridade competente.

16.DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1.A contratada deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, com prazo de validade de até 03(três) meses após a conclusão do contrato, apresentando ao contratante, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovante de uma das modalidades de garantia prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93 , a seguir:

a)caução em dinheiro, ou título da dívida pública;

b)seguro garantia;

c)fiança bancária.

16.2. Em caso de aplicação de multa por descumprimento do contrato, a mesma será descontada da garantia contratual.

16.3. Em caso da garantia contratual não cobrir o valor da multa aplicada, a diferença será descontada da próxima fatura emitida

17.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa:

b.1) compensatória no percentual até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 30 dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

17.2.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.2.2. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 17.2 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.2.3. A sanção estabelecida na alínea “c” do subitem 16.2 é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17.3. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo DEC.

17.4. O valor das multas deverá ser recolhido através GRU num prazo máximo de 10(dias) corridos. Em caso de não recolhimento através GRU, será descontado o valor da multa da garantia contratual e, caso o valor da garantia seja insuficiente, a diferença poderá ser descontado da nota fiscal, ou do crédito existente no DEC em relação à contratada.

17.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

17.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita na alínea “c” do subitem 16.2, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações legais.

17.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17.8. A licitante convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de

seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.(Art 7º da Lei 10.520, de 17 Jul 02).

17.9. Em qualquer hipótese de aplicação a contratada será notificada para apresentar defesa previa de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.19. O inadimplemento da Cláusula 5(OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA), ensejará na rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em Lei(Art 55, inciso VIII; 78, inciso I; 80, inciso III e 87 da Lei 8.666/93).

18.DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 A vigência do contrato deverá obedecer o disposto no **caput** do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

OBS.: De acordo com a atividade do DEC, o contrato poderá ser de caráter continuado, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

19.DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO A SER CONTRATADO

19.1.O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na sua forma eletrônica.

20.DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O DEC designará um fiscal para acompanhar a execução do contrato, que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

20.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato serão solicitadas à autoridade competente da Contratante para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no Art 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8666/93.

20.3. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas.

20.4. É direito da fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está irregular.

Brasilia-DF, 03 de dezembro de 2012.

RICARDO ALVES SILVA – Maj Int
Responsável pelo Termo de Referência

RUBENS CORRÊA LEÃO – Cel
Ordenador de Despesas

(PAPEL TIMBRADO)**ANEXO II****PROPOSTA DE PREÇOS**

Local e data

Referência: Edital do Pregão Nr 16/2012– DEC

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à _____ (rua, bairro, cidade, telefone, etc), ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO – DEC, a prestação de serviços de agenciamento de viagens abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Preços:

OBJETO	Valor Estimado para 60 meses(em reais)	Taxa de transação fixa por emissão, e remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional, independente do valor do bilhete	OBS
Agenciamento de Viagens	R\$11.930.144,00	-----	-----
Taxa de transação fixa por emissão, e remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional, independente do valor do bilhete	-----	R\$	

Valor total da proposta R\$ XXXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) em algarismos e por extenso.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços;
- Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);
- Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);
- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome , Cargo e Identidade do Representante da Empresa

(PAPEL TIMBRADO)**ANEXO III****MODELO DE ATESTADO DE BOA E REGULAR EXECUÇÃO DO OBJETO (CAPACIDADE TÉCNICA)**

Referência: Edital do Pregão Nr 16/2012– DEC

Nos termos do inciso II do art 30 da Lei 8.666/93, **ATESTO** que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nr _____, situada à _____, **executou o serviço** _____, cumprindo fielmente as condições contratuais e as exigências técnicas de adequação e qualidade.

Local e data

Nome - Cargo - Idt Nr
ÓRGÃO EMISSOR

(PAPEL TIMBRADO)**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE EMPREGADOS EM CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS**

Referência: Edital do Pregão Nr 16/2012– DEC

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no inciso "V", art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

Brasília, ____ de _____ de 2012.

Responsável ou Representante legal -idt nº _____

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(PAPEL TIMBRADO)**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

Referência: Edital do Pregão Nr 16/2012– DEC

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no (a) _____, declara, para os devidos fins do pregão Nº xxx/2009 - DEC, sob as penas da Lei que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2012.

Diretor ou representante legal - Idt Nº

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Referência: Edital do Pregão Nr 16/2012– DEC

Declaro para fins de licitação junto ao Departamento de Engenharia e Construção (DEC) que a empresa _____, CNPJ _____ encontra-se enquadrada no conceito de micro e pequena empresa, conforme disposição da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, de acordo com o documento comprobatório anexo.

BRASÍLIA/DF _____ de _____ de 2012.

Ass. Responsável
NOME COMPLETO, IDT OU CPF,

(PAPEL TIMBRADO)**PREGÃO ELETRÔNICO Nr 16/2012-DEC****ANEXO VII – PLANILHA DE TAXAS**

ITEM	OBJETO	Taxa de transação fixa por emissão, e remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional, independente do valor do bilhete
	Taxa de transação fixa por emissão, e remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional, independente do valor do bilhete	R\$:

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____

Tel/Fax: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Banco : _____ Agência: _____ Nº C/C: _____

Local e data _____

Nome e assinatura do representante legal



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(DEPARTAMENTO TÉCNICO E DE PRODUÇÃO DO EXÉRCITO/1946)**

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CON-
STRUÇÃO E A(empresa).....

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
NATUREZA: OSTENSIVO
VIGÊNCIA: _____

TERMO DE CONTRATO Nr ____ /2012-DEC

A União, pessoa de direito público interno, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Comando do Exército, inscrito no CNPJ sob o nº, representado neste ato pelo- Ordenador de Despesas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa, estabelecida à, inscrita no CNPJ sob o nº, representada neste ato pelo(seu(s) Diretor(es)....., de conformidade com as disposições estatutárias ou do contrato social) (ou pelo seu(s) procurador(es) de conformidade com o instrumento de procuração), Sr, carteira de identidade Nº....., CPF Nº....., daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o Pregão Eletrônico nº ..., Processo Administrativo nº, firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE, o qual será regido pela Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1.O presente Pregão Eletrônico tem por objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa, para **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacional e internacional, para o Departamento de Engenharia e Construção, incluindo as localidades da Amazônia Legal, mesmo que atendidas apenas por empresas de transportes regional, entende-se como Amazônia Legal a área abrangida pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e parte do Maranhão(oeste do meridiano de 44º)**

1.1.1. Vinculam-se ao presente contrato o Edital de Pregão Eletrônico Nº 16/2012-DEC, com seus anexos, a proposta da contratada e demais documentos que compõem o processo em referência, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.Os serviços contratados serão realizados por execução indireta, sob o regime de pelo menor preço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

3.1.1. Compete ao DEC:

- a)acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- b)permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências do DEC para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;
- c)rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Contrato, Edital e Termo de Referência;
- d)proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuados;
- e)comunicar à contratada, a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos e locais;
- f)emitir as requisições de passagens aéreas, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente;
- g)proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;
- h)notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- i)disponibilizar espaço físico adequado para a instalação do posto de atendimento, observadas as definições de ocupação de espaços internos em prédios do DEC;
- j)realizar pesquisas nas companhias aéreas, bem como solicitar e verificar a pesquisa de preços das passagens feitas pela contratada, comparando-os com os praticados no mercado e inserindo-as no SCDP;
- k)notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- 6)solicitar formalmente à contratada, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a contratada deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplifi-

cação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada;

m) quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

n) os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada;

o) quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

p) definir a reserva da passagem aérea ao menor preço e em classe econômica, sem prejuízo do estabelecido no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 1973 (alterado pelo art. 1º do Decreto nº 3.643, de 2000) e na Portaria nº 505, de 29 de dezembro de 2009, considerando-se o horário e o período da participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva.

3.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.2.1. Compete a Contratada:

- a) executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;
- b) reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- c) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do Departamento de Engenharia e Construção, cujas obrigações deverá atender prontamente;
- d) manter preposto para representá-la quando da execução do contrato;
- e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento DEC;
- f) arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato;
- g) manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o DEC, sobre assuntos relacionados à execução do contrato;
- h) reservar, emitir, marcar, remarcar e cancelar bilhete de passagens aéreas, nacionais e internacionais, com fornecimento do referido bilhete ao interessado por meio de posto de atendimento ou bilhete eletrônico, quando fora da Sede do DEC, no Brasil ou no exterior;
- i) efetuar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;
- j) entregar bilhete de passagem fora do horário de expediente, em local indicado pelo contratante;

- k) solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil ou no exterior;
- l) reembolsar ao DEC o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;
- m) fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento;
- n) reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo o DEC solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da contratada;
- o) manter atualizada a relação das companhias filiadas e com as quais mantenha convênio, informando periodicamente ao DEC as inclusões e/ou exclusões;
- p) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- q) comunicar de imediato ao DEC toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;
- r) fornecer a qualquer momento, quando solicitado pelo contratante, declaração expedida por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas;
- s) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- t) abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Contrato, sem prévia autorização do contratante;
- u) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e,
- v) a empresa não poderá subcontratar em todo ou parte do objeto deste certame.
- w) emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado quinzenalmente até o 5º (quinto) dia útil a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da comprovação de recolhimento dos encargos sociais e dos demonstrativos, devidamente atestada pelo setor competente e, após consulta “ON LINE” AO SICAF, sendo juntado ao processo a declaração de situação da contratada junto àquele sistema e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. Constatada a situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF, será a mesma advertida por escrito, no sentido de que, regularize sua situação junto a tal sistema ou, apresente sua

defesa, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida sem rasura, em letra legível, em nome do Departamento de Engenharia e Construção, CNPJ n.º 07.521.315/0001-23, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

4.4 Havendo erro na Nota Fiscal que impeça o pagamento da despesa, aquela será devolvida a fornecedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DEC.

4.5. Os demonstrativos mensais deverão conter, também, os seguintes dados/elementos:

4.5.1.o valor do bilhete;

4.5.2. a indicação do valor do desconto contratado, com a prestadora de serviços;

4.5.3.os bilhetes devolvidos;

4.5.4.a indicação dos valores a serem retidos a título de tributos e contribuições sociais, conforme determina a legislação vigente, e

4.5.5.o valor final do faturamento.

4.5.6.Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para os serviços objeto deste edital, conforme determina a legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1.O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela contratada, deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais e reduzidas, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1.O valor total estimado da contratação é de R\$_____(_____), correndo a despesa à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2013 e junto a outros recursos oriundos de Termo de Cooperação e Convênios, Programa de Trabalho_____, Elemento de Despesa_____, Fonte_____.

6.2. A despesa do exercício subsequente correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

7.1.Decorridos doze meses da data da assinatura do contrato, a contratada poderá solicitar reequilíbrio econômico financeiro, em consonância com o que reza o Art 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666, de 21 Jun 93.

7.1.1. O reequilíbrio econômico-financeiro dependente de fundado requerimento da contratada e constitui ato discricionário do DEC.

7.1.2. O equilíbrio econômico-financeiro de que trata o item anterior, deverá ser feito por Termo Aditivo específico, o qual conterá justificativa fundamentada, parecer prévio do órgão de assessoramento jurídico e autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O DEC designará um fiscal para acompanhar a execução do contrato, que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato serão solicitadas à autoridade competente da Contratante para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no Art 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8666/93.

8.3. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas da data da Solicitação por esse Departamento.

8.4. É direito da fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está irregular.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 A vigência do contrato deverá obedecer o disposto no **caput** do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa:

b.1) compensatória no percentual até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 30 dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.2.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

10.2.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 10.2 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2.3. A sanção estabelecida na alínea “c” do subitem 10.2 é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

10.3. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo DEC.

10.4. O valor das multas deverá ser recolhido através GRU num prazo máximo de 10 (dias) corridos. Em caso de não recolhimento através GRU, será descontado o valor da multa da garantia contratual e, caso o valor da garantia seja insuficiente, a diferença poderá ser descontado da nota fiscal, ou do crédito existente no DEC em relação à contratada.

10.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

10.6.As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita na alínea “c” do subitem 10.2, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações legais.

10.7.As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. A licitante convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 3.2 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.(Art 7º da Lei 10.520, de 17 Jul 02).

10.9.Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.10. O inadimplemento da Cláusula 3.2(OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA), ensejará na rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em Lei(Art 55, inciso VIII; 78, inciso I; 80, inciso III e 87 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1.São motivos para a rescisão do presente contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início do serviço ou do fornecimento;
- e) a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;
- g) o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como ass de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Art 67 da Lei nº 8.666/93;

i) a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade, ou falecimento da Contratada;

k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Contratante e examinadas no processo administrativos a que se refere o contrato;

m) a suspensão por parte da administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do Art 65 da Lei nº 8.666/93;

n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior a 120(cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada a Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão de cumprimento das obrigações, até que seja normalizada a situação;

o) o atraso superior a 90(noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada a Contratada o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

p) a não liberação por parte da administração, do objeto para execução do serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) descumprimento do disposto no inciso V do Art 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízos das sanções penais cabíveis.

11.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11.3. A rescisão deste contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas letras “a”, “i” e “r” desta cláusula;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicial nos termos da legislação.

10.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas letras “m” e “q” desta cláusula, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

11.5.1. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

11.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a Contratante, além das sanções previstas neste instrumento.

11.7. A contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art 77 da Lei 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

O DEC fará publicar no DOU o extrato do presente contrato, de acordo com o Art 61 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A contratada deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, com prazo de validade de até 03(três) meses após a conclusão do contrato, apresentando ao contratante, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovante de uma das modalidades de garantia prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93 , a seguir:

a)caução em dinheiro, ou título da dívida pública;

b)seguro garantia;

c)fiança bancária.

13.2. Em caso de aplicação de multa por descumprimento do contrato, a mesma será descontada da garantia contratual.

13.3. Em caso da garantia contratual não cobrir o valor da multa aplicada, a diferença será descontada da próxima fatura emitida

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Será firmada contrato entre o Departamento de Engenharia e Construção e a licitante vencedora para execução do objeto desta licitação, observadas as exigências deste Edital e da minuta do contrato, Anexo VIII.

14.2. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses e terá início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60(sessenta) meses, de acordo com o disposto no Art 57, inciso II da Lei 8.666/93.

14.3. Antes da celebração do contrato o DEC realizará consulta “ON LINE” ao sistema de cadastramento único de fornecedores – SICAF, e ao cadastro informativo de créditos não quitados – CADIN, ao Portal CEIS e ao Portal do CNJ, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.4. O prazo de assinatura do contrato, pela licitante vencedora, será de 5(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação formal encaminhada pelo DEC.

14.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado mediante solicitação devidamente justificada pela licitante vencedora e aceita pelo DEC.

14.6. Até a assinatura do contrato a autoridade superior poderá desclassificar a licitante vencedora mediante o conhecimento de qualquer ato anterior ou posterior ao julgamento desta licitação que venha desaboná-la, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Decorrido 60(sessenta) dias da data da entrega da proposta, caso não ocorra convocação para assinatura do termo de contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

14.7.O DEC fará publicar no DOU o extrato do presente contrato, de acordo com o Art 61 da Lei 8666/93.

14.8. Decorridos doze meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação das propostas e aplicando-se o índice IPCA acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

14.9. O valor da Taxa de transação fixa por emissão, e remarcação e cancelamento de passagens Aérea Nacional e Internacional, independente do valor do bilhete a ser pago a contratada é de R\$......

15.10. Caso o licitante não queira instalar o posto de atendimento nas dependências do DEC, o mesmo deverá disponibilizar por sua conta um canal de comunicação direto(ex: linha móvel, linha fixa, 0800, ou outro meio qualquer) para que no caso de haver falta ou falha nos meios eletrônicos(e-mail e internet), possa haver contato entre o DEC e a empresa e vice-versa, para o serviço não sofrer solução de continuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO A SER PAGA À AGENCIA DE VIAGENS

14.1.A remuneração total a ser paga à agência de viagens será apurada a partir da soma do valor ofertado pela prestação de serviço de Agenciamento de Viagens compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento abrangidos por passagem aérea nacional e internacional, multiplicado pela quantidade de passagens aéreas emitidas no período faturado.

14.2. O DEC pagará, ainda, à contratada o valor da passagem aérea acrescido da taxa de embarque emitidas no período faturado.

14.3. A contratada deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REVERSÃO DE PASSAGENS NÃO UTILIZADAS(Art 5º da IN 7/SLTI/MPOG, 24 Ago 12)

15.1. A reversão de passagens não utilizadas por medida de simplificação processual, dar-se-á mediante “glosa” dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada.

15.2. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

15.3. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada; e

15.4. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, na forma estabelecida no item 15.1 acima., o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANEXOS

Constituem anexos deste contrato, dele fazendo parte integrante:

- Proposta da contratada de ____ de ____ de ____
- Nota de Empenho 2013NE ____ de ____ de ____

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser dirimidas pela mediação administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acertadas, celebram o presente contrato em 03 (TRES) vias de igual teor e forma, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado.

Brasília-DF de de 2012.

CPF: Ordenador de Despesas do DEC	CPF: Representante da empresa _____
CPF: 1ª Testemunha	CPF: 2ª Testemunha

(PAPEL TIMBRADO)**ANEXO IX****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO
(INDEPENDENTE DE PROPOSTA)**

(Identificação da Licitante)

(Identificação completa do representante da licitante) como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante ou do consorcio) doravante denominada (licitante/consórcio) para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara sob as penas da Lei, em especial o Art 299 do Código Penal Brasileiro que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante/consórcio) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firma-la.

_____, em _____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/consórcio, no âmbito da licitação, com
identificação completa)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**ANEXO X****PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Nota: essa planilha deverá ser adaptada às características do serviço contratado, no que couber.

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

	Nº Processo	
	Licitação Nº	

Dia ___/___/___ às ___:___ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Anexo III-A – Mão-de-obra

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	

2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Intervalo Intra jornada	
H	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	

D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de Insumos diversos	

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário Educação		

F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	
TOTAL		

Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade:	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	
TOTAL		

Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	

B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	
TOTAL		

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	
E	Ausência por Acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	
Subtotal		
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	
TOTAL		

Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	13 ° salário + Adicional de férias	
4.2	Encargos previdenciários e FGTS	

4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
TOTAL		

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	13º salário + Adicional de férias		
B	Tributos		
	B1. Tributos Federais (especificar)		
	B.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	B.3 Tributos Municipais (especificar)		
	B.4 Outros tributos (especificar)		
C	Lucro		
	Total		

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Anexo III – B - Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e	

	outros)	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A + B +C+ D)		
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
Valor total por empregado		

Anexo III-C - Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)			Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I	Serviço (indicar)	1	R\$		R\$		R\$
II	Serviço (indicar)	2	R\$		R\$		R\$
...	Serviço (indicar)	..	R\$		R\$		R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)							

Anexo III-D - Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	Valor Global da Proposta	
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato).	

Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.